



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 008-DL, DE 8 DE ABRIL DE 2020, NOS TERMOS DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.332, DE 20 DE MARÇO DE 2020, PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À COVID-19, REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2020, ÀS 11H, NO PLENÁRIO DEPUTADO OSNI RÉGIS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhoras e senhores, bom dia.

Vamos dar início à audiência pública da Comissão Especial constituída pelo Ato da Mesa nº 008-DL, de 2020, em cumprimento ao parágrafo 3º, do artigo 2º, do Decreto Legislativo 18.332, de 20 de março de 2020, que declarou estado de calamidade pública em Santa Catarina.

A pauta de hoje será a apresentação, pelo Secretário de Estado da Fazenda, senhor Paulo Eli, do relatório circunstanciado da situação fiscal e da execução orçamentária e financeira do Estado relacionado à emergência de saúde pública, de importância internacional, em decorrência da Covid-19.

Foram convidados e registro a presença das seguintes autoridades: o senhor Promotor de Justiça Giovanni Andrei Franzoni Gil, assessor do Procurador-Geral de Justiça; o senhor Vice-Reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Luiz Antônio Ferreira Coelho; o senhor diretor-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Marcelo Brognoli da Costa; o senhor diretor de Orçamento e Finanças do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Eduardo Cardoso Silva; além dos senhores membros da Comissão Especial, Deputado Marcos Vieira, Deputada Ada De Luca, Deputado José Milton Scheffer e Deputado Milton Hobus.

Como convidados especiais eu menciono sua excelência, o senhor Secretário de Estado da Fazenda, Paulo Eli; e sua excelência, a senhora Secretária Adjunta de Estado da Fazenda, Michele Patrícia Roncalio.

A dinâmica da nossa audiência será a seguinte: o Secretário da Fazenda, senhor Paulo Eli, e a Secretária Adjunta, senhora Michele Roncalio, farão a apresentação do relatório por até vinte minutos e, em seguida, entramos no debate com a participação de todos.

Então, muito bom-dia, senhor Secretário Paulo Eli, bom-dia, senhora Secretária Adjunta, a palavra está com vossas excelências por até vinte minutos.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Senhor Deputado Marcos Vieira, Presidente da Comissão Especial, senhores Deputados, senhoras Deputadas e demais presentes à reunião, nós vamos apresentar o 2º quadrimestre de 2020, os números até agosto de 2020 comparados aos números até agosto de 2019, que já trazem o reflexo das atividades econômicas e a arrecadação do Estado em função da pandemia. Então nós vamos apresentar um relatório bem sucinto e depois nós vamos abrir para as discussões.

A Secretária Adjunta Michele vai fazer a apresentação e eu vou fazer algumas intervenções. Nós temos alguns pontos a realçar e eu gostaria que os senhores Deputados... temos alguns pontos muito importantes sobre os quais nós temos que trabalhar, porque nós



estamos num processo de saneamento financeiro do Estado desde 2017, 2018 e com reflexos em 2019 e 2020. Aqui nós também estamos trabalhando numa projeção até 2022 e uma projeção na qual nós pretendemos gerar recursos para investimento para manter o desenvolvimento do Estado e a geração de emprego e renda.

Michele, a palavra está contigo.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – Bom dia, senhoras Deputadas e senhores Deputados, Presidente da Comissão.

Conforme o Decreto Legislativo 18.332, de calamidade pública, há a exigência que até o dia 30 de setembro, ou seja, neste dia, seja feita a apresentação do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo em comparação com o 1º quadrimestre. Então aproveitamos esta audiência pública para as duas apresentações, ou seja, tanto a exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, a publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre e do 4º bimestre em relação ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária, cuja exigência é até o dia 30 de setembro. Eles foram devidamente publicados no Diário Oficial de ontem, dia 29 de setembro, e estão sendo enviados à Secretaria do Tesouro Nacional nesta data, através do Siconfi.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

O período de referência que nós vamos apresentar são os valores acumulados de janeiro a abril, quando se tratar de 1º quadrimestre, e quando se tratar de 2º quadrimestre, janeiro a agosto, é acumulado. Quando a informação, em comparação, como solicitada pelo decreto, se referir à comparação do 1º com o 2º quadrimestres, vão estar relacionados os meses de comparação.

Então, relativo ao resultado orçamentário de 2020, até o 2º quadrimestre de 2020 nós tivemos um *superavit* apurado de R\$ 1,74 bilhão. Em comparação ao ano anterior, esse *superavit* é de R\$ 1,16 bilhão – a metade dele foi gerada no 1º quadrimestre de 2020. Cabe ressaltar aqui, como os senhores verão nas próximas telas, que esse *superavit* foi possível graças à Lei Complementar 173 e, também e especialmente, à questão da suspensão das dívidas no período de março até agosto, quando a gente pôde reservar recursos para a Saúde.

A arrecadação bruta do Estado em relação a impostos e taxas brutas, nesse período, foi de R\$ 18,6 bilhões e a transferência da União foi de R\$ 4,83 bilhões – uma transferência inédita, uma vez que tem R\$ 1,07 bilhão que é relativo à Lei Complementar 173, do auxílio financeiro aos Estados, e à Medida Provisória 938, que é aquela compensação do FPE, quando o FPE não atingiu o relacionado a 2019.

Receita líquida. Isso representou R\$ 19 bilhões com as distribuições das deduções da receita de 36,4%, relativos, principalmente, a repasses aos Municípios e ao Fundeb.

Em relação a 2019, nesse período do 2º quadrimestre, nós tivemos uma queda de arrecadação própria de 2% nos dois quadrimestres; e da arrecadação da União, sem essa questão extraordinária, nós tivemos uma queda de 6,6%. Se for relacionada ao 1º quadrimestre, o 2º quadrimestre teve uma queda de arrecadação própria de 6,7% e a queda de arrecadação em relação às transferências da União, ressalvada a Lei Complementar 173, é claro, então repasse ordinário, de 23,5%.

No que se refere às outras transferências da União, nós tivemos R\$ 56 milhões relativos à Medida Provisória 938, que é essa compensação do FPE para chegar ao mesmo montante de 2019, e R\$ 1,01 bilhão, que é a LC 173, dividido em aplicação exclusiva do Suas e do SUS, e a livre, digamos assim, que é o inciso II. Se não houvesse as transferências da União... perdão, eu falei que estava ressalvada, não está. Se essas transferências extraordinárias não ocorressem, a queda de arrecadação, em relação às transferências da União, seria de 8,03% e não 6%, como estava ali. [*Transcrição e revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]



Em relação à perda de arrecadação dos outros Estados, nós somos o oitavo Estado com maior perda de arrecadação própria das receitas tributárias, certo? Esses são dados do próprio Confaz, de 1º/9/2020.

Os indicadores da receita da LRF: no 2º quadrimestre de 2020 nós tivemos uma Receita Corrente Líquida de R\$ 17,14 bilhões e uma Receita Líquida de Impostos de R\$ 14,21 bilhões. Comparado com o 2º quadrimestre, se a gente tirar os recursos extras que vieram da União, isso daria uma Receita Corrente Líquida de R\$ 16,07 bilhões, uma queda de 6.2% - não houve queda devido aos subsídios da União, que no 3º quadrimestre de 2020 não existirão; existirá só um mês relativo a esse auxílio, que é o mês de setembro, o mês em curso, que foi o último mês do auxílio.

Então nós tivemos quatro meses, e a maioria dos meses, três meses, incluiu o 2º quadrimestre e esse último mês de setembro, ou seja, a partir de outubro, no último trimestre de 2020, as receitas arrecadadas próprias terão que ser suficientes. Por isso também uma necessidade de *superavit* gerado no 2º quadrimestre para dar suporte inclusive às folhas de pagamento e ao 13º já anunciado.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Inclusive o 13º que nós vamos pagar agora, vamos iniciar o pagamento em outubro.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – Exatamente, 16 de outubro a primeira parcela. Então só foi possível graças a essas situações.

(Continua a utilizar imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

O repasse aos Poderes: no período em relação ao ano passado teve uma queda de 2,3%, considerando o 2º quadrimestre de 2020 comparado com o 2º quadrimestre de 2019.

A execução do orçamento versus as despesas de 2020: as despesas fixadas na LOA mais os créditos adicionais totalizam R\$ 33 bilhões para o ano autorizadas; até o 2º quadrimestre elas foram empenhadas R\$ 18,8 bilhões. Tivemos que fazer um contingenciamento de despesas, necessário, porque o orçamento não se concretizou, e temos os relatórios de alerta do próprio Tribunal de Contas em relação à arrecadação própria não se concretizar.

Lembrando que os meses de maior perda de arrecadação foram os meses de abril e maio, só que do auxílio relacionado à União só chegou a primeira parcela em junho – a Lei Complementar 173 foi aprovada no dia 28 de maio. Então, embora apareça a questão do *superavit*, nós tivemos meses sufocantes, principalmente maio, em relação ao caixa, porque o auxílio não tinha vindo ainda.

Então, muitas das suspensões de dívidas até aquele momento foram tratadas em liminares, que posteriormente a STN e os próprios bancos exigiram que fossem desistidas as ações judiciais para aderir ao que estava possibilitado na Lei Complementar 173 – e a Lei Complementar 173 não obrigou os bancos a fazerem a suspensão das dívidas. Então, em relação aos bancos, nós conquistamos a negociação com o BNDES, que era mais suscetível, e com o Banco do Brasil. Os demais bancos, principalmente os organismos multilaterais, não aderiram a essa suspensão.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Só lembrando, Michele, que nós pagamos ao Bank of America US\$ 55 milhões no dia 26 de junho.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – E outra parcela em dezembro.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Isso. E agora tem uma parcela para o dia 26 de dezembro, também de US\$ 55 milhões. Multipliquem pelo real para ver quanto dá, né?

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – *(Continua a utilizar imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)*



Sobre as despesas liquidadas por Poderes e órgãos, nós tivemos no período, comparado com o mesmo quadrimestre do ano passado, quedas em praticamente todos os Poderes, com exceção do Judiciário e do próprio Executivo. Só que, em relação aos crescimentos que existiam antes, todos eles estão abaixo do IPCA, certo? Inclusive o RPPS, que houve um controle, mas essa é uma... não há gerência, é a própria aposentadoria, a inatividade que leva a esse crescimento. Lembrando que neste ano de 2020 nós tivemos um impacto no RPPS, que foi a reforma da Previdência nacional em relação aos militares. Então a cota patronal dos servidores militares não está sendo aplicada devido à reforma nacional.

No que se refere à comparação do 2º quadrimestre com o 1º, como pede o decreto legislativo, nós tivemos queda na Defensoria Pública, no Ministério Público e no próprio Judiciário em relação ao 1º quadrimestre, e aumento nos outros Poderes em relação ao Executivo, principalmente na área da saúde.

Então aqui (*aponta para o gráfico*) se demonstra as áreas principais de despesas liquidadas do Executivo: o crescimento da Previdência Social em relação ao ano passado, o que eu já comentei; a educação no geral diminuiu, até pela falta de aula presencial; a questão da saúde aumentou em relação ao mesmo quadrimestre do ano passado em 21%; a segurança pública caiu 7%; e as demais funções caíram 2%.

A explicação em relação à queda na segurança pública, conforme eu falei, é que não existe mais a despesa de patronal na segurança pública. Então é exclusivo de folha de ajuste do recolhimento da contribuição patronal, que não existe mais nas corporações militares. No que se refere ao aumento em relação do 2º quadrimestre para o 1º quadrimestre, aumento representativo na saúde, como não deveria deixar de ser, 36,6% de um quadrimestre para outro. E na educação, até pelo início do ano letivo, sendo que janeiro e fevereiro não há aulas, um acréscimo de 20% também para toda a adoção das aulas *on-line*.

No que se refere à saúde, quanto ao total de despesas do exercício pago, nós tivemos um acréscimo de R\$ 500 milhões em despesas pagas – empenhadas também ficou nessa proporção, inclusive com o pagamento de restos a pagar, que geralmente se dá agora em outubro os da saúde.

Nas despesas liquidadas por grupo, nós tivemos uma queda do pagamento da dívida, até pela suspensão; nós tivemos um aumento nos investimentos em relação ao mesmo período do ano passado, frisando na recuperação econômica; um aumento da manutenção de serviços públicos em função da saúde; e a folha de pagamento só o crescimento vegetativo e nem ele, né? Nós tivemos algumas atitudes de trancar até o 2º quadrimestre algumas verbas e começamos a revisá-las a partir da recuperação econômica.

No que se refere à folha de pagamento – despesa com pessoal –, o percentual da despesa de pessoal com os ativos, no 2º quadrimestre de 2020, representa 28,3%, se desconsiderar os inativos, e os inativos representam 17%. Vejam nessa tabela (*aponta para a imagem*) que é isso que se torna preocupante, a despesa de pessoal cada vez mais... em comparação do 2º quadrimestre de 2019, 1º de 2020 e 2º quadrimestre de 2020, cada vez mais os inativos representam mais na despesa com pessoal. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

A despesa com pessoal atingiu, no final do 2º quadrimestre, ainda abaixo do limite prudencial, acima do limite de alerta, 45,33%, mas se não fossem os recursos, aquele que mostrei no inicial de 1,07, teríamos atingido 47,28% e estaríamos muito próximos do limite legal, acima do prudencial, que é essa linha laranja (*aponta para a imagem*).

O Secretário pode comentar esse próximo quadrinho, Secretário?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Bom, senhores, desde 31 de dezembro de 2017, eu e a Michele assumimos a Fazenda em fevereiro de 2018, nós pegamos a folha com 49,76% nas regras do Estado e não nas regras do Tribunal de Contas e nem da STN. Pelas regras da STN e do Tribunal de Contas, nós estaríamos com quase 52%.



Então em 31 de dezembro de 2018 nós fizemos o saneamento das contas e regularizamos isso. Nós publicamos o balanço em 31 dezembro de 2018, abaixo de 49% nas regras da STN e do Tribunal de Contas, e agora nós estamos com 45,33% nas regras da STN e nas regras do Tribunal de Contas.

Qual é o objetivo do Tesouro até 31 de dezembro de 2022? Que esse índice de 45,33% fique em 40%. O *deficit* da Previdência já está nesse índice e se nós conseguirmos conter a folha, crescer a arrecadação e chegarmos a folha no 40% do Executivo, isso vai nos dar R\$ 1 bilhão por ano de investimentos com recursos próprios. Então essa é a meta da Secretaria da Fazenda, chegar em 31 de dezembro de 2022 com capacidade de investir R\$ 1 bilhão com recursos próprios do Tesouro, para que o Estado não perca a linha do desenvolvimento. Nós temos que investir muito em infraestrutura para que as empresas invistam no Estado, gerem empregos e, por consequência, gerem impostos.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – *(Continua a utilizar imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)*

Isso *(aponta para a imagem)* os senhores já conhecem, as deduções que são só as válidas pela STN e aquilo que já foi efetivamente convalidado – estamos computando também a questão dos serventuários da Justiça no Poder Executivo e tudo mais –, e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A folha de pagamento do Poder Executivo esteve controlada nesse período, foi o maior controle, também em função da Lei Complementar 173, pode-se dizer, e do estabelecimento da pandemia, em que estavam feitas negociações, mas principalmente sobre esse controle que o Secretário muito bem mencionou. Nós tivemos, então, 2% de crescimento em relação ao mesmo período do ano passado, com um principal crescimento nos inativos e pensionistas de 3,7% e nos ativos de apenas 0,7%.

Relativamente aos mínimos constitucionais, que são medidos no final do exercício, nesse período quadrimestral eles são pelas despesas liquidadas, mas nós devemos publicar. De qualquer maneira, pelas despesas liquidadas, a educação está com 24,63% em relação à Receita Líquida de Impostos, certo, em relação ao segundo quadrimestre.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Só voltando àquela tela anterior, o objetivo deste ano é nós encerrarmos acima de 25% a aplicação em educação, sem a contagem dos inativos.

Então, além de nós estarmos trabalhando para sobrar recursos para investimentos, nós temos que investir mais em educação para cumprir os 25% sem os inativos.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – Inclusive os senhores aprovaram na Comissão de Finanças e Tributação e também no plenário a nossa proposta de alteração do Orçamento, que mesmo sem excesso de arrecadação, nós movimentamos o orçamentos para cumprir esses 25% sem inativos.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Isso, aí nós precisaríamos da aprovação urgente desse projeto de lei...

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – Já foi, já foi provado.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Já foi aprovado? Ah, então tá bom.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – Ele foi aprovado na Comissão, falta no plenário.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Falta no plenário.

Então, Deputado Milton Hobus e Deputado Marcos Vieira, Presidente da Comissão, esse projeto é importante, são R\$ 250 milhões a mais em investimento em educação, que nós estamos tirando da sobra da dívida pública, que nós não vamos pagar, e vamos investir R\$ 250



milhões a mais na educação para cumprir os 25% e também para melhorar todas as escolas do Estado.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – Muitos projetos desses já estão em andamento, mas parte daquele *superavit* está esperando inclusive essa aprovação do projeto de lei para licitar os investimentos necessários para as escolas.

(Continua a utilizar imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Com relação à aplicação em saúde, o mínimo é 12%, nós estamos com despesas empenhadas de 15,74% no final do 2º quadrimestre, sendo 14,11% de despesas liquidadas. Então não precisa de grandes explicações com relação a esses investimentos, e isso de receita líquida de impostos. É claro que a pandemia também nos possibilitará ter uma melhor estrutura da saúde no nosso Estado, além do saneamento das contas.

Além da RLI, dos percentuais que falamos, de despesas liquidadas e empenhadas, nós temos mais do que o dobro empregado de despesas com saúde de outras fontes que não computam no mínimo constitucional, porque o mínimo constitucional se refere à receita líquida de impostos. Mas foram direcionadas à saúde também outras fontes, porque nós temos R\$ 760 milhões de despesas empenhadas em outras fontes. Isso é o dobro do que tinha no mesmo período do ano passado.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Só voltando à questão da saúde, nós estamos buscando financiamentos para trabalhar a saúde pós-pandemia. A pandemia trouxe uma grande lição, muitos países não tinham preparação hospitalar para atender tantas pessoas ao mesmo tempo, então nós estamos buscando agora recursos para trabalhar a saúde pós-pandemia.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – *(Continua a utilizar imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)*

Este quadro *(aponta para a imagem)* os senhores já conhecem, são os recursos que foram aportados para o enfrentamento à Covid pelos outros Poderes e órgãos; e os recursos próprios utilizados até então com pagamentos.

As despesas empenhadas das fontes do Poder Executivo, R\$ 189 milhões, a Fonte 100, e o total, até o momento, é de mais de R\$ 400 milhões.

Sobre os recursos da Medida Provisória 938 e da Lei Complementar 173, grande parte foi aplicado em saúde o inciso relacionado ao Suas e ao SUS, mas também uma destinação à assistência social, mas o grosso da assistência social que está sendo destinado será neste último quadrimestre, e já temos um calendário de outubro, novembro e dezembro, conforme a emenda não impositiva repassada por esta Casa, que já está sendo viabilizada.

Na questão da Lei Complementar 173, como eu falei, a nossa maior dificuldade foi logo que o recurso veio, porque a recuperação econômica se deu a partir de julho, então foi usado para garantias de folhas em geral, inclusive da inatividade, que como os senhores sabem, era onde faltava inclusive orçamento e não só financeiro na questão da Previdência. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

Aplicação em segurança pública, no item pessoal e encargos demonstra que caiu, como eu falei antes, por causa da questão patronal, mas em relação ao 2º quadrimestre do 1º teve acréscimo.

Aplicação no socioeducativo subiu em todas as áreas, porque nós tivemos necessidades de investimentos inclusive pelo número do crescimento de detentos e investimentos necessários para a pandemia.

Na questão do investimento, essa é uma grande conquista do Estado. Com receitas próprias nós subimos 185% em relação ao mesmo período do ano passado, já tínhamos subido



no ano passado a aplicação dos investimentos com receita própria, e outras fontes também cerca de 440% de aumento.

Nós não temos mais operações de créditos ativas, então um decréscimo em relação à utilização de operações de crédito – só aquelas para as quais já tínhamos recursos disponibilizados.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Aqui a meta é chegarmos a R\$ 1 bilhão por ano de investimentos com recursos próprios.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – Quase encerrando.

(Continua a utilizar imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

A Previdência estadual já está com um *deficit* no 2º quadrimestre de R\$ 3,21 bilhões, em relação ao 1º quadrimestre é o dobro, claro, e em relação ao ano passado são R\$ 500 milhões a mais o *deficit* da Previdência.

Dívida consolidada nos índices que são 200%, todos compatíveis; abaixo de 200 %, estamos aqui com 85%, mesmo caindo a receita. Operações de créditos e garantias também abaixo dos seus limites de 16% e 22% respectivamente, com 0,22% e 6,89%. A execução de resto a pagar praticamente controlada, o consolidado é de R\$ 100 milhões que vão ser zerados no último quadrimestre, a não ser aquilo que é controverso. E o pagamento de precatórios que cresceu significativamente, R\$ 325 milhões até o final do 2º quadrimestre de 2020, devido a um esforço conjunto do Executivo e do Judiciário, inclusive com os editais de precatórios que estão sendo promovidos pelo Executivo com o apoio do Judiciário, que é a parcela tal.

E, para encerrar, só alguns alertas e algumas considerações acerca da eventual revisão do decreto legislativo de calamidade pública, uma vez que é o objetivo do artigo dessa legislação. Então, como alerta, muitos Municípios aderiram o decreto legislativo estadual de calamidade pública e ele tem consequências em metas da LDO e em ano eleitoral tem o artigo 42, que é não deixar crédito, salvo em questão extraordinária. Então os Municípios seriam prejudicados se fosse revisto.

Tem impactos quanto às metas da LDO, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, porque não estava prevista a calamidade, principalmente existem metas de receita própria que não estão sendo cumpridas, é claro. Tem impacto nos juros subsidiados, porque os juros subsidiados do Badesc e do BRDE só podem ser subsidiados se tiver decreto de calamidade pública; e a mesma coisa os editais emergenciais da cultura, que foram apoiados por esta Casa, e o recurso que está vindo em relação à Lei Aldir Blanc, que é um recurso federal. E impactos ainda nessa medida provisória, que salvo engano o Deputado Milton Hobus, com permissão da sua citação, citou na audiência anterior a Medida Provisória 228, que é aquele recurso para a saúde e também a contratação de ACTs só pode ser paga em período de calamidade.

E, por último, até teve uma revisão, porque essa é uma legislação mais federal, menos impactante, mas tem a questão dos procedimentos licitatórios. Então são só os alertas que, também, podem ter impacto em outras áreas. Mas essas foram as coisas que a gente levantou rapidamente que teriam impacto na eventual revisão do decreto legislativo de calamidade pública deste Poder Legislativa.

Agradeço e ficamos à disposição para qualquer questionamento que se fizer necessário.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Eu só queria alertar para a questão dos Prefeitos que estão em encerramento de mandato, pois sem o decreto de calamidade pública – já que eles não editaram decretos próprios, eles estão vinculados ao decreto do Estado – isso vai causar muitos processos de improbidade administrativa e crime de responsabilidade aos Prefeitos se o decreto não estiver em vigência até 31 dezembro de 2020.

Era isso, senhores.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, após a apresentação do Secretário Paulo Eli e da Secretária Adjunta Michele, nós vamos partir para a segunda parte da nossa audiência pública.

Eu vou abrir a palavra para a manifestação dos convidados e também em seguida dos Deputados ou mesclamos conforme a necessidade.

Solicito aos que quiserem se manifestar que façam a sua inscrição, por gentileza.

Com a palavra o Deputado Estadual Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente, cumprimento o Secretário Paulo Eli e a Secretária Adjunta Michele pela clareza da apresentação dos números. Eu até pedi à assessoria da Casa para nos passar cópia desse relato para que nós possamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Será disponibilizado para todos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Para que possamos avaliar melhor.

Mas nota-se muito claro, com toda a preocupação que todos nós tivemos este ano, o que será após aquela parada toda, que graças a Deus o Estado de Santa Catarina tem dado uma resposta muito positiva. Se a gente olhar a receita, fora o repasse da União, até agosto nós estamos muito próximos da receita do ano passado, que foi uma receita excelente, numa pós-recessão que nós vivemos. Então nesse quesito o Estado está no caminho certo.

Eu tenho uma preocupação, Secretário Paulo Eli. Nós já aprovamos aqui a alteração orçamentária para os R\$ 250 milhões da educação, mas mais importante o que cumprir os 25% é qualificar esse gasto. E aí é que nós, aqui, não temos essa segurança. Infelizmente a Secretaria de Estado da Educação é mais um órgão engessado que não consegue produzir. No final do ano passado houve muito questionamento em função dos carros caros que foram comprados, dos ar condicionados que não puderam ser colocados nas escolas porque não tinha lá instalação elétrica para isso, mas precisava-se gastar o dinheiro para cumprir o índice.

Nós temos centenas de escolas precisando de ajustes, de reformas, chove dentro de algumas escolas há mais de ano, inclusive a falta de reforma já vem de governos anteriores, mas a educação criou uma sistemática com engenheiros do Deinfra para avaliar os projetos de reforma e não consegue fazer uma licitação de escola.

Agora, como nós vamos atingir os 25% se não tiver esse investimento na recuperação das estruturas física das escolas? Eu não sei como é que vai conseguir fechar essa equação, a não ser que se acelere esse processo. E eu fui crítico aqui, cobreí por várias vezes, por que não se aproveitou esse período das escolas fechadas com a pandemia, com as crianças fora da sala de aula, para fazer esse processo de reforma das escolas. [*Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

Então, sendo bem sincero, Secretário Paulo Eli, eu tenho uma preocupação com relação ao cumprimento desses 25% em função da falta de pró-atividade que a gente vê na Secretaria de Estado da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Secretário Paulo Eli, vamos ter mais uma ou outra manifestação para que vossas excelências possam depois responder.

Passo a palavra ao Deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER – Quero cumprimentá-lo, Presidente, cumprimentar todos os colegas Deputados, também o Secretário Paulo Eli e as lideranças que nos assistem.

Primeiro, quero agradecer pela clareza das informações e do cuidado com que estão sendo geridas as questões fiscais da Secretaria da Fazenda, do governo do Estado. Acho que essa apresentação foi muito concisa, muito objetiva, com comparativos que nos permitem



fazermos uma análise. E também uma esperança no futuro fiscal do Estado. Acho que nós temos um plano a ser seguido, acho que esse é o caminho. Eu quero cumprimentá-lo também pela redução da implicação na folha de pagamento para 45,33%, algo que é aguardado há muito tempo e eu acho que nós temos que avançar. E, obviamente, [temos] que seguirmos com esse cronograma.

E eu queria aqui apenas fazer a minha passagem para cumprimentar a equipe do Secretário Paulo Eli pelo trabalho desenvolvido, e o Deputado Marcos pela condução dos trabalhos. Acho que nós estamos no caminho, temos grandes desafios pela frente pós-pandemia, mas nós vamos precisar de união e de esforços para que Santa Catarina continue no caminho do crescimento, eu acho que esta Comissão tem muito a seguir.

E a preocupação que vocês trouxeram com relação à prorrogação do decreto de calamidade, que é algo que também nós precisamos estudar aqui para não acabarmos criando problemas, principalmente para os Prefeitos, porque alguns deles não terão decreto e poderão amanhã ser por punidos em relação a isso, muito deles em final de mandato.

Por isso, agradeço a vocês e cumprimento pela apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Secretário Paulo Eli, vossa excelência está com a palavra.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Bom, as preocupações da Secretaria da Fazenda em relação à Secretaria da Saúde e à Secretaria da Educação nós estamos discutindo nesta Comissão desde 2018.

Nós conseguimos fazer concurso na Secretaria de Infraestrutura para engenheiros em função da falta de capacidade operacional de acompanhamento de obras, nem de infraestrutura nem de educação. Então nós fizemos concursos, já admitimos mais de cem engenheiros na Secretaria de Infraestrutura, que agora estão dando suporte.

Então, de todo modo, nós estamos trabalhando. A preocupação do Deputado Milton Hobus é pertinente, nós estamos trabalhando muito para dar capacidade executiva para a Secretaria da Educação e também para a Secretaria de Infraestrutura.

A Michele tem mais detalhes sobre isso, se ela quiser falar.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – Deputado Milton Hobus, na verdade a sua preocupação é a nossa também, nós estamos incentivando à educação os investimentos necessários. Como o Secretário falou, um dos primeiros tópicos foi realmente a necessidade de concurso público para engenheiros, e na alocação de alguns engenheiros nesse cuidado com as obras. Nós tivemos alguns destelhamentos nas escolas em função do ciclone bomba, e aí a notícia que nós tivemos ontem é que todas as escolas ou já estão com as obras concluídas para essa recuperação dos estragos do ciclone ou então estão no término dessa situação.

Ontem mesmo, e nós estamos realizando mensalmente, então, para informar-lhe, após, agora com a recuperação econômica nós tivemos que revisar toda essa questão de investimentos, da possibilidade de investimentos a partir - como o senhor tem acompanhado - de julho. Então, estamos realizando mensalmente uma reunião com a Secretaria de Educação para ver os planos de investimentos.

Então, ontem mesmo tivemos essa reunião com os técnicos da Secretaria de Educação, é uma preocupação nossa, como eu comentei, mas existe, sim, um plano de aplicação, muitos deles em obras e projetos, muitas obras das escolas não podem ser realizadas porque estão sendo feitos projetos. Temos dado celeridade na aprovação desses projetos, internamente em grupo gestor e em tudo mais para esses projetos andarem. E a aquisição de equipamentos, principalmente agora na área da informática e tudo mais, inclusive com a revisão dos procedimentos para a questão do acesso *on-line* dos estudantes.

Então existem, sim, alguns projetos em andamento. Temos preocupação porque algumas licitações, inclusive no mês anterior uma das licitações de climatização de escolas deu



deserta, então temos essas questões, até pedi ontem para que essa licitação fosse totalmente revisada para não dar deserta novamente e para que tenhamos outros planos.

E, com certeza, essas emendas parlamentares, onde oportunizamos também na área da Educação, elas nos auxiliam nesses investimentos, principalmente na área do transporte escolar. Obrigada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Só aproveitando, senhor Presidente, para fazer um adendo, já que a Secretaria da Fazenda está monitorando a Educação para que ela consiga cumprir as metas, se vocês puderem botar no Radar também a qualificação do gasto com a merenda escolar. Eu fui autor de um Projeto de Lei, que já vem da Legislatura passada, para regionalização da compra da merenda escolar pelo governo de Santa Catarina, e eu retirei esse projeto com um acordo feito com o governo para que ele voltasse.

E hoje a gente vê o Estado comprando merenda escolar com essa inatividade das escolas para entregar, e o percentual de logística incluído no custo dessa alimentação que está sendo entregue é algo que é inadmissível, inadmissível sob ponto de vista da gestão pública. Se comprar, se descentralizar o dinheiro para cada região, comprar lá nos mercados da região, nem comprar da agricultura familiar, porque era esse o intuito maior do projeto, mas se descentralizar para comprar lá vai custar pelo menos 30% mais barato do que está custando hoje, e isso é muito dinheiro.

Então, se vocês puderem colocar nessas reuniões de avaliação essa qualificação também do gasto público com a merenda escolar, eu acho que é pertinente.

Obrigado, senhor Secretário.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – Só um esclarecimento, Deputado.

Podemos, sim, com certeza. Mas a merenda escolar, até por determinação do Tribunal, não entra nesse percentual de gastos com a Educação, ela é com o salário-educação, até porque ela é considerada não gasto na função 2.

Então, só para questão de esclarecimento, pela questão do tecnicismo, por isso que a gente não está acompanhando de perto, mas podemos, sim, solicitar o melhor acompanhamento.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) - Vai entrar na nossa agenda, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Não havendo mais manifestações de Deputados, eu vou então passar a palavra ao senhor diretor-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Marcelo Brognoli da Costa, por até três minutos. [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. MARCELO BROGNOLI DA COSTA – Muito bom-dia a todos. Agradeço o convite, estou representando aqui o Presidente-Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior.

Gostaria de parabenizar o Secretário Paulo Eli e a Secretária Adjunta Michele pelo êxito na gestão financeira do Estado. Desde o início, recorro das primeiras manifestações do Secretário e das metas que foram apresentadas, ousadas na época. Nós entendemos que elas se mostram reais hoje no cumprimento efetivo de muito daquilo que era o objetivo de se atingir. Cito, como exemplo, a desoneração da folha de pagamento dos gastos com educação dos inativos em um curto espaço de tempo, algo que há anos era apontado nas contas de governo como uma ação inadequada e as outras gestões não conseguiram honrar e excluir. E essa administração comandada pelo Secretário Paulo Eli está provando que é possível, e isso é muito bom para o Estado, para a educação.

Nós comungamos com a manifestação do Deputado Milton Hobus e até uma das buscas do Tribunal de Contas é examinar a qualidade do gasto, não o simples cumprimento do percentual com gasto em educação. Essa qualificação do gasto é muito importante, claro que



ela é muito mais trabalhosa do que simplesmente fazer a verificação. O ajuste dos gastos e o atingimento do percentual demandariam uma ação diferenciada por parte do Tribunal de Contas, né, de visitas *in loco*, de um olhar mais específico para cada gasto. Mas é um intento também, é uma meta que o Tribunal de Contas pretende atingir e conta com a colaboração e o apoio tanto dos Secretários da Educação, da Saúde também com relação aos gastos da Saúde, e da própria Secretaria de Estado da Fazenda.

Isso que eu queria colocar, parabenizá-los pelo convite, pela exposição, e agradecer também o repasse, agora que já foi feito, das telas, bastante ilustrativas, no espelhar da situação financeira do Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) -Vamos ouvir o diretor de Orçamento e Finanças do Tribunal de Justiça do Estado Santa Catarina, senhor Eduardo Cardoso Silva, por até três minutos.

O SR. EDUARDO CARDOSO SILVA – Bom dia, senhores Deputados.

Em primeiro lugar, eu queria parabenizar o Deputado Marcos Vieira pela iniciativa desta audiência pública e da mesma forma congratular o Secretário Paulo Eli e a Secretária Adjunta Michele Roncalio pelo trabalho primoroso na gestão fiscal do Estado de Santa Catarina.

Eu sempre busco enfatizar, senhor Deputado, que em Santa Catarina impera uma corresponsabilidade fiscal, e isso foi provado durante essa queda abrupta e repentina da arrecadação nos meses de abril, maio e junho. Todos os Poderes implementaram o seu plano de contingenciamento, todos os Poderes sofreram com a queda da arrecadação. Não foi diferente no Tribunal de Justiça, nós implementamos, a partir do início de abril, um plano de contingenciamento materializado na Resolução nº 14, de 2020 que previu uma revisão de diversos contratos e o congelamento provisório da folha de pagamento.

A partir do mês de julho, com a recuperação da arrecadação, a gente já fica um pouco mais confortável com a situação, mas é importante, senhor Deputado, a gente manter um sinal de alerta. Penso que há muita injeção de liquidez no mercado e, com certeza, quando os efeitos dessas medidas cessarem, a gente pode enfrentar uma situação complicada.

Então, embora nesses últimos três meses, julho, agosto e setembro, nós tenhamos verificado um aumento razoável da arrecadação, nós não podemos baixar a guarda, nós precisamos manter essa postura austera na gestão dos recursos públicos.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Agradeço a participação do diretor de Orçamento de Finanças do Tribunal de Justiça.

Vamos ouvir o Vice-Reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina da Udesc, senhor Luiz Antônio Ferreira Coelho.

O SR. VICE-REITOR LUIZ ANTÔNIO FERREIRA COELHO – Bom dia, senhor Deputado.

Gostaria de parabenizar o senhor Deputado Marcos Vieira pela iniciativa da audiência, gostaria de cumprimentar todos os Deputados e as Deputadas, o nosso saudoso Governador Pavan, que está no Plenário; o Secretário Paulo Eli e a senhora Michele pela excelente apresentação; e todas as demais autoridades presentes.

Nós, na universidade, estamos seguindo à risca o corte no custeio que foi determinado pelo grupo gestor. Em todos os meses nós atingimos as metas determinadas ao redor de 40% a 30% de corte de custeio.

Os senhores puderam acompanhar que a nossa universidade foi uma das primeiras universidades públicas a retomar o ensino de graduação e o ensino de pós-graduação. De modo simultâneo, nós fizemos aproximadamente setenta ações de extensão junto à comunidade, muitas focadas em projetos de impressão de *face shields* para as Secretarias de Saúde.



Trabalhamos juntos com a Defesa Civil fazendo álcool gel para distribuição em hospitais e postos de atendimentos de saúde e criamos protocolos de saúde, alguns dos quais estão sendo utilizados.

Conseguimos passar por esse período bastante turbulento e os senhores podem imaginar: uma universidade que funcionava essencialmente de modo presencial teve que fazer uma migração muito rápida para um modo digital em que muitos dos nossos alunos não tinham acesso à Internet e tivemos que viabilizar programas, para que eles pudessem hoje ter acesso às aulas.

Podemos afirmar com bastante segurança que terminamos o semestre da pós, da graduação termina agora nesse próximo sábado, e estamos prontos para voltar para o segundo semestre da graduação.

Tivemos um vestibular feito para uma grande amplitude, especialmente de pessoas que fizeram (*falha na transmissão*) em escolas públicas e não cobramos nenhuma taxa de vestibular.

Tivemos uma das melhores buscas de relação candidato/vaga neste vestibular de inverno e estaremos divulgando o resultado nos próximos dias. [*Transcrição: Lucas Valente Munhoz Madeira / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

Queremos dizer a todos vocês que também temos aqui a nossa Lei de Responsabilidade Fiscal da universidade. Nesse momento, nós estamos aproximadamente com 67% de gastos com folha, nosso teto é de 75%. Estamos conseguindo manter todas as atividades da universidade graças à excelente gestão que todos puderam assistir aí do tesouro. Os repasses feitos todos em dia, a folha mantida, e tudo segue de maneira coerente. Os senhores puderam ver recentemente que a universidade se situa hoje entre as mil melhores do mundo, são trinta mil universidades que existem no mundo, a universidade dos catarinenses está aí ranqueada entre as mil.

Nós gostaríamos de agradecer muito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor tem mais trinta segundos.

O SR. VICE-REITOR LUIZ ANTÔNIO FERREIRA COELHO – Muito obrigado.

Eu acredito que eu possa encerrar por aqui e agradecer uma vez mais aos membros desta Casa e todos que nos permitem isso. E finalmente mencionar que na página da Udesc nós temos a Udesc Números, onde temos uma transparência total de todos os gastos feitos com recurso público.

Muito obrigado, senhor Deputado Marcos Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Muito obrigado pela participação do senhor Luiz Antônio Ferreira Coelho.

Vamos para a última participação, do Promotor de Justiça, senhor Giovanni Franzoni Gil. Por gentileza, por até três minutos, vossa excelência com a palavra.

O SR. PROMOTOR GIOVANNI ANDREI FRANZONI GIL – Bom dia, Deputado Marcos Vieira, bom dia a todos os Deputados, a todas as senhoras Deputadas, todos os senhores convidados e os senhores aqui presentes.

Em nome do Ministério Público, em nome do nosso Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina, doutor Fernando da Silva Comin, eu gostaria apenas de enaltecer o trabalho conjunto e articulado desta Casa e da Secretaria de Estado da Fazenda na presente apresentação, não só como Promotor de Justiça, mas como cidadão catarinense. Eu fico muito satisfeito ao ver esse sincronismo, esse trabalho funcionando de forma articulada e conjunta.

E faço aqui uma breve menção à fala do Deputado Milton Hobus quando advertiu esse problema com relação ao custo da logística e, inclusive, já indicou uma solução. Acho que, quando o Parlamento e o Poder Executivo funcionam com esse sincronismo, a nossa sociedade só tem a ganhar, e todos nós só temos a ganhar como catarinenses. Porque tudo aquilo que sai



em prol do cidadão acaba também cumprindo com a função institucional do Ministério Público. Então eu fico bastante contente, acho que essa forma de agir desta Casa e do Poder Executivo beneficia a todos nós.

Então apenas parabênizo as apresentações [feitas] e reitero esse agradecimento, essa esperança, como cidadão, como Promotor de Justiça, nessa ação integrada de todos os nossos Poderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Muito obrigado ao senhor Promotor de Justiça Giovanni Franzoni Gil.

Vamos à participação final da Secretária Adjunta, a senhora Michele Roncalio.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – Eu gostaria só de agradecer a esta Comissão e, especialmente, as manifestações do Deputado José Milton Scheffer e do Deputado Milton, bem como dos parceiros dos Poderes, o senhor diretor Marcelo Brognoli Costa e o diretor Eduardo Cardoso, do TJ, o Vice-Reitor Luís Coelho e o Promotor de Justiça Giovanni Gil, um grande parceiro há muito tempo, que antes atuava nos crimes contra a ordem tributária do Ministério Público de Santa Catarina e já tem um largo contato com a Secretaria da Fazenda. Não poderia deixar de agradecer a toda equipe da Secretaria da Fazenda, no que se refere à apresentação, em especial, a Diretoria de Contabilidade de Informações Fiscais responsável por esses relatórios e também auxiliando nessa apresentação de maneira ínfima, bem como toda a equipe e também a equipe de governo do Estado que nos possibilita uma primorosa gestão fiscal do Estado de Santa Catarina, e a vossa presidência, Deputado Marcos Vieira. Então, agradecer toda a equipe e [me] colocar à disposição. Foram todos os pontos aqui anotados devidamente para levar como dever de casa.

Obrigada, Secretário Paulo Eli, pela oportunidade também dessa apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Secretário Paulo Eli, vossa excelência com a palavra.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Bem, senhores, para encerrar, a Secretária Michele já fez os agradecimentos às nossas equipes e a nossa Comissão de Finanças também em relação a oportunidade de vir aqui e apresentar os números do Estado.

Quando nós assumimos a Secretaria da Fazenda, eu e a Michele, a Michele como diretora do Tesouro e eu como Secretário da Fazenda em fevereiro de 2018, o Governador Eduardo Moreira nos deu toda a liberdade para construir esse planejamento que nós estamos fazendo agora. E quando nós fomos convidados para permanecer no governo pelo Governador Moisés, ele também nos deu toda a liberdade para construir esse planejamento e para executar o planejamento.

Então os senhores sabem que o Estado está passando por um processo de saneamento financeiro, decorrente da crise econômica que assolou o país de 2015, 2016 e 2017. Nós estamos trabalhando muito forte na questão da contenção do gasto e expansão da receita de desenvolvimento econômico. O Estado não está aumentando impostos, mas ele está gerenciando melhor os seus tributos. Para os senhores terem uma idéia, a nossa meta é gerar R\$ 10 bilhões em investimentos com recursos próprios nos próximos cinco anos.

Então nós temos hoje ainda nota *c*, no ano que vem, provavelmente pela gestão que nós fazemos, a STN nos dará nota *b*, e nós vamos voltar a ter acesso ao mercado de crédito, que hoje está vedado ao Estado, porque a União não dá garantias para Estados com nota *c*. A nossa meta é a folha do Executivo chegar a 40%, com a contenção da despesa e o crescimento da receita em final de 2022. Isso nos possibilitará levantar recursos para o crescimento econômico do Estado, porque só com crescimento econômico do Estado nós vamos conseguir dar conta do *deficit* da Previdência. O *deficit* da Previdência já vai estar nessa conta de 40% do Executivo, então essa é uma conta muito importante para nós trabalharmos.



O Estado está viabilizando agora a busca de R\$ 4 bilhões de recursos próprios para dar o andamento em toda a infraestrutura e melhoria de escoamento da estrutura atual do Estado, e nós estamos buscando mais R\$ 6 bilhões para investimento nos próximos cinco anos para obras novas. Então, a grande obra nova que o Estado está estudando – inclusive já foi colocado na proposta orçamentária que já veio para esta Casa – é a viabilidade técnica e ambiental de uma nova rodovia paralela a 101 e a SC-108. Essa é a grande obra de estruturamento do Estado. Ela vai no caminho do gasoduto Brasil/Bolívia e no caminho das linhas de transmissão. Pode ser um novo eixo industrial do Estado, porque a BR-101 não comporta mais o escoamento de produção que nós temos hoje. É isso, senhor Deputado, saneamento financeiro com recursos para obras próprias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Agradeço a participação do Secretário Paulo Eli, também da Secretária Adjunta Michele Roncalio, mas, sobretudo, agradeço a participação dos convidados representando aqui o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, a Udesc e também das senhoras Deputadas e dos senhores Deputados.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente audiência pública. Um bom dia para todos e muito obrigado. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: João Batista da Silva / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]

**DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE**